



Brasília-DF, 28 de setembro de 2026



Comigo não haverá arrocho de aposentados. Eles terão aumentos acima da inflação, garante Lula



Presidente Lula. (Foto: Ricardo Stuckert)

“Eu sei o que vocês sofreram no governo passado, sem aumento de salário mínimo, enquanto tudo subia de preço, principalmente os alimentos”, disse o

presidente em mensagem “aos que trabalharam duro a vida inteira e estão aposentados”. O presidente Lula, candidato à reeleição, em mensagem “aos que trabalharam duro a vida inteira e estão aposentados”, afirmou que em seu governo as aposentadorias e pensões seguirão tendo reajustes acima da inflação.

Lula denunciou, em vídeo de campanha, o arrocho imposto por Bolsonaro ao trabalhador brasileiro que ficou “sem aumento do salário mínimo, enquanto tudo subia de preço”.

“Eu sei o que vocês sofreram no governo passado, sem aumento de salário mínimo, enquanto tudo subia de preço, principalmente os alimentos. Agora, eles querem desvincular as aposentadorias e as pensões do salário mínimo”.

“Somente no meu governo é possível garantir que o salário mínimo vai ser reajustado acima da inflação todo ano para os aposentados e trabalhadores da ativa”.

Assista a mensagem de Lula:

<https://www.youtube.com/watch?v=zQiO4kNYsrw>

Fonte: Hora do Povo

Mendonça volta a suspender multas sobre saúde mental no trabalho

Ministro decidiu dar mais 90 dias para acordo entre governo e empresas



© Carlos Moura/SCO/STF

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), voltou a suspender por mais 90 dias a aplicação de multas e outras punições previstas na Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que trata da segurança dos trabalhadores formais, sobretudo em relação à saúde mental.

O ministro decidiu dar mais tempo para que as

Brasília-DF, 28 de setembro de 2026

empresas e o governo busquem conciliação sobre o tema.

Mendonça já havia suspenso a aplicação de multas em junho, após a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), entidade que reúne sindicatos patronais, questionar a validade da norma.

Na ocasião, Mendonça entendeu que a NR-1 criou "conceitos abertos e subjetivos" sobre as condutas que podem levar à punição das empresas. O ministro citou ainda que a "falta de clareza" pode ofender diversos princípios constitucionais.

A NR-1 entrou em vigor em 26 de maio deste ano para, entre outros pontos, obrigar as empresas a identificar "fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho", como sobrecarga e situações de assédio. A norma determina ainda que sejam adotadas medidas de controle.

Em relação às multas, não há um valor específico para o descumprimento das normas relacionadas à saúde mental e aos fatores de risco psicossociais.

A penalidade integra a lista geral de multas do Ministério do Trabalho, com valores definidos de acordo com o tamanho da empresa, a gravidade da situação e o número de empregados.

Fonte: Agência Brasil

Congresso registra diferenças no alinhamento aos ODS

Levantamento do Quem é Quem no Congresso analisa 31 votações e mostra como parlamentares e partidos se posicionaram em matérias relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



As votações do Congresso Nacional revelam diferenças expressivas entre partidos quando analisadas à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Levantamento da plataforma Quem é Quem no Congresso aponta nota média nacional de 5,01, em

uma escala de 0 a 10, entre os parlamentares, enquanto o alinhamento médio das legendas chega a 56,2%.

Os ODS integram a Agenda 2030 das Nações Unidas e abrangem 17 objetivos relacionados a temas como redução das desigualdades, trabalho decente, desenvolvimento econômico, igualdade de gênero, proteção ambiental e fortalecimento das instituições. A plataforma relaciona esses temas a votações realizadas na Câmara e no Senado.

Diferenças entre os partidos

Pelos critérios adotados no levantamento, PT, PCdoB, PSOL, Rede e PV formam o grupo de maior alinhamento, com índice agregado de 91,4%. Entre as votações que influenciam esse resultado estão matérias relacionadas à redução das desigualdades e à proteção ambiental.

Em uma faixa intermediária aparecem MDB, PSD, União Brasil e Republicanos, com 54,2%. O comportamento desse conjunto varia conforme o tema: há maior aproximação aos parâmetros considerados pelo estudo em determinadas pautas econômicas e diferenças mais acentuadas em questões sociais e territoriais.

Já PL e Novo registram, em conjunto, 12,7% de alinhamento segundo a metodologia utilizada, com maior distanciamento dos parâmetros adotados na análise especialmente em votações relacionadas à proteção ambiental e a ações afirmativas.

Como o índice é calculado

O levantamento considera 31 votações nominais — 22 na Câmara dos Deputados e nove no Senado Federal. A partir da posição registrada em cada matéria selecionada, os parlamentares recebem pontuação de 0 a 10, conforme os critérios estabelecidos para medir a correspondência entre os votos e os ODS.

A metodologia e os critérios de seleção das matérias podem ser consultados na própria ferramenta. O DIAP informa que a plataforma utiliza registros oficiais de votação da Câmara e do Senado e diferencia esses dados das análises produzidas pela instituição.

O objetivo é permitir que trabalhadores, entidades sindicais e cidadãos consultem as votações, conheçam os critérios utilizados e acompanhem de forma mais acessível a atuação de deputados, senadores e partidos.

[Acesse o Quem é Quem no Congresso](#)

Fonte: Diap

Brasília-DF, 28 de setembro de 2026

Comparecimento para votar valerá como Prova de Vida automática no INSS

INSS cruza informações com bases públicas para confirmar que o beneficiário está vivo, sem exigir procedimento presencial.



Votar nas eleições vale como prova de vida para beneficiários do INSS. Magnific

O comparecimento às urnas será utilizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como comprovação de vida de aposentados, pensionistas e beneficiários de programas assistenciais.

A Prova de Vida é uma verificação realizada periodicamente para confirmar que o titular do benefício está vivo e, assim, garantir a continuidade dos pagamentos. Atualmente, o procedimento alcança cerca de 40 milhões de beneficiários ativos.

Nos últimos anos, o processo passou por mudanças para reduzir filas, custos e transtornos provocados pelo antigo modelo presencial, especialmente para idosos e pessoas com mobilidade reduzida.

A partir da Lei 13.846/2019 e de regulamentações posteriores, o comparecimento presencial deixou de ser a principal forma de comprovação.

Entre os registros que podem ser utilizados está a votação nas eleições. A Portaria INSS 1.408/2022 inclui a votação entre os eventos que podem ser considerados para a comprovação de vida.

Dessa forma, quando o beneficiário comparece às urnas, o registro é recebido pelo INSS e computado como Prova de Vida, sem a necessidade de uma ação específica do segurado para essa finalidade.

Cruzamento de dados

Para quem não comparecer às urnas, a ausência do registro eleitoral não significa, por si só, que será necessário fazer uma Prova de Vida presencial. A falta de comparecimento às urnas também não provoca o bloqueio do benefício. O INSS continua buscando

outras informações em bases governamentais que possam comprovar que o beneficiário está vivo.

O sistema considera diferentes registros, como emissão de documentos, movimentações em bases públicas e atendimentos realizados. O beneficiário pode ser chamado a regularizar a situação caso o INSS não encontre informações suficientes para realizar a comprovação.

A base de dados da Justiça Eleitoral já teve participação relevante nesse processo. Em 2024, foram identificados eventos eleitorais relacionados a 20.957.288 beneficiários, que contribuíram para a atualização de aproximadamente 5 milhões de Provas de Vida.

Fonte: Congresso em Foco

Brasil tem recorde de 103 milhões de ocupados e menor desemprego da história

Pesquisa do IBGE aponta um avanço considerável das mulheres no mercado de trabalho. São 44,8 milhões ocupadas, o equivalente a 43,5% da população



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O Brasil fechou o ano de 2025 com 103 milhões de trabalhadores empregados, o maior índice de ocupação desde o início da série em 2012, enquanto o número de desocupados caiu para 6,1 milhões, também o menor da história.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua – Características Adicionais do Mercado de Trabalho, divulgados na quarta-feira (23) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2025, o nível de ocupação ficou estimado em 59,1%. A proporção se dá após a população ocupada atingir sua maior estimativa, com 103 milhões de pessoas, um crescimento de 1,7% em relação a 2024.

Além disso, a população em idade para trabalhar aumentou 0,8%, com 174,1 milhões de pessoas.

Brasília-DF, 28 de setembro de 2026

A formalização no mercado de trabalho teve o maior contingente de trabalhadores, com 38,9 milhões, em 2025, o maior da série. No entanto, o percentual foi de 37,8%, ainda abaixo de 2014, quando foi de 40,2%.

O mesmo levantamento aponta um avanço considerável das mulheres no mercado de trabalho. São 44,8 milhões ocupadas, o equivalente a 43,5% da população.

Segundo o IBGE, desde 2012, a ocupação entre as mulheres cresceu 20,5%, com a incorporação de 7,6 milhões de trabalhadoras. Naquele ano, o número de mulheres ocupadas era de 37,2 milhões.

Os homens somaram 58,2 milhões, ou 56,5% do total. Entre eles, a alta foi de 11,7%, com aumento de 6,1 milhões de ocupados.

Nesse período, o IBGE diz que 4,9 milhões de trabalhadores ocuparam postos nas áreas de administração pública, defesa, educação e saúde e serviços sociais. Mais 3,8 milhões nos setores de comunicação, atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.

A conclusão é que tem mais gente trabalhando no Brasil do que em qualquer outro momento da série histórica do IBGE.

Fonte: Portal Vermelho

Aliança contra assédio eleitoral no trabalho reúne organizações de todo o Brasil e busca novos parceiros

Diferentes segmentos fazem parte da mobilização nacional que visa garantir o direito ao voto livre e secreto nos ambientes de trabalho



Uma rede de empresas e instituições está se formando para levar a defesa da liberdade de voto também para dentro dos ambientes de trabalho. A [Aliança pelo Voto Livre e Secreto](#) já

conta com organizações parceiras em diferentes regiões do Brasil e está aberta a novas adesões. Entre as adesões, estão as de veículos de comunicação, entidades de classe, instituições do terceiro setor e Sistema S.

A proposta é ampliar a participação de organizações comprometidas em combater o assédio eleitoral por meio da difusão da mensagem da campanha "No meu

voto mando eu". A iniciativa reforça que ninguém pode pressionar, ameaçar, constranger ou oferecer vantagens para interferir nas escolhas políticas de outra pessoa no ambiente de trabalho. A campanha é resultado de um acordo de cooperação firmado entre a Justiça do Trabalho, a Justiça Eleitoral, o Ministério Público Eleitoral e o Ministério Público do Trabalho.

Compromisso com a democracia

A adesão transforma empresas e instituições em multiplicadoras dessa mensagem. Ao integrar a Aliança, a organização assume publicamente o compromisso com a liberdade de escolha e passa a poder utilizar o selo oficial da campanha em suas ações de comunicação.

A participação das organizações amplia a capacidade de a campanha chegar diretamente a trabalhadores, gestores, estudantes, profissionais e diferentes setores da sociedade.

O que é o assédio eleitoral

O assédio eleitoral inclui pressão, ameaça, constrangimento, intimidação ou promessa de benefício para influenciar o voto, a posição política ou a participação eleitoral de alguém no ambiente de trabalho. Pode ocorrer entre chefias e trabalhadores, entre colegas e também por mensagens, reuniões, grupos de WhatsApp, e-mails ou redes corporativas.

Entre os exemplos estão ameaçar de demissão por causa do voto, prometer vantagens em troca de apoio político, exigir comprovação de voto, obrigar a participação em atos políticos ou pressionar colegas e subordinados a apoiar candidaturas.

Sua organização também pode fazer parte

A Aliança está aberta a qualquer empresa, sindicato, universidade e outras instituições interessadas em demonstrar compromisso com a democracia e com o respeito à liberdade de escolha.

A adesão é feita por meio de formulário. As informações prestadas são utilizadas para o envio de materiais de divulgação. A organização também passa a integrar a relação de apoiadores da iniciativa.

Além do selo da Aliança, a campanha disponibiliza cartazes, folders, adesivos, peças para redes sociais e outros conteúdos que podem ser utilizados para levar a mensagem a diferentes ambientes de trabalho.

[Conheça as organizações que já participam e saiba como aderir à Aliança pelo Voto Livre e Secreto.](#)

Fonte: TST